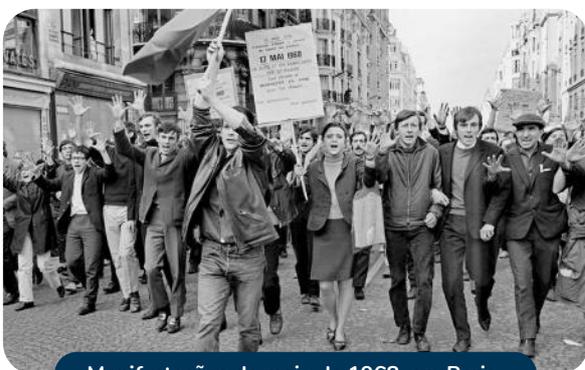




Cidadania | Contemporânea, Direitos Cívicos, Políticos e Sociais

Anteriormente, vimos que a discussão sobre cidadania não é exatamente nova. Inclusive, o conceito de cidadania remonta à Antiguidade. Agora, iremos ver que, depois de um longo percurso histórico, a cidadania sofreu novas interpretações e que, no mundo contemporâneo, observamos uma extensão da cidadania, se comparada aos períodos anteriores. Nesse sentido, houve a inclusão de grupos que estiveram anteriormente à margem do conceito de cidadania. Por não serem cidadãos, não podiam exercer diversos direitos. Um exemplo disso são as mulheres que até há poucas décadas não podiam votar em boa parte do mundo.

Além disso, o processo de urbanização, que levou ao crescimento das cidades em diversas partes do mundo, trouxe novos desafios. Diante deles, os diversos movimentos sociais que surgiram ao longo do século XX abraçaram a luta pela cidadania. Afinal, o exercício dos direitos cívicos (liberdade de expressão, liberdade religiosa, direito de ir e vir etc.) pareciam depender da prática cidadã. Um importante movimento que defendeu estes direitos foram as grandes manifestações de 1968.



Manifestações de maio de 1968, em Paris.

DIREITOS CIVIS

Na contemporaneidade, a ideia de que a conquista, a manutenção e a ampliação dos direitos cívicos dependem das ações dos indivíduos e dos grupos que lutam por seus interesses, por meio dos movimentos sociais, se fortaleceu ainda mais.



Movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam), 2020.

A cidadania passa a ser percebida como associada ao exercício pleno do convívio entre iguais e em sociedade, mas igualmente como um exercício de diferenças. É na era contemporânea que nascem os movimentos de minorias e uma ideia diferente do que é igualdade, que passa a compreender a diversidade.

Os direitos cívicos são os direitos mais básicos que um ser humano pode ter. São

eles o direito de ir e vir, a liberdade de expressão e opinião, a liberdade de associação e a liberdade para professar a fé que desejar. Tais direitos estão garantidos pela Declaração Universal de Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas e devem ser respeitados de forma universal, isto é, em todo o mundo. No entanto, nós sabemos



que nem sempre é assim. Embora tenhamos avançado bastante nas últimas décadas, nem todos os países incorporaram esses direitos à sua legislação interna e mesmo os que incorporaram muitas vezes ainda têm problemas para fazer esses direitos serem respeitados na prática.



“Pense no que significa ser cidadão de um país (por exemplo, o Brasil). Significa ser, antes de tudo, reconhecido pelos brasileiros como cidadão, tanto quanto eles, e reconhecê-los como cidadãos, tanto quanto você. Se uma pessoa rica ou poderosa acha, por exemplo, que a lei não se aplica a ela, mas apenas aos mais pobres, essa pessoa está desrespeitando os princípios da cidadania. Assim, ser cidadão também envolve ter direitos e deveres. E esses direitos e deveres não são os mesmos em todos os países nem em todas as épocas. Os direitos que compõem a cidadania foram conquistados por meio de longas lutas políticas.”

Machado, Igor José de Renó; Amorim, Henrique; Barros, Celso Rocha de. Sociologia Hoje. São Paulo: Editora Ática, 2016, p. 291. [Grifo nosso]

DIREITOS POLÍTICOS

Os Direitos Políticos estão entre aqueles que permitem ao cidadão participar da governança de sua comunidade. Entre esses direitos estão os de votar, ser votado e filiar-se a partidos.

Um importante movimento para a garantia desses direitos foi o das Sufragistas. Ainda nos séculos XVIII e XIX, algumas mulheres como Abigail Adams, nos Estados Unidos, e Olympe de Gouges, na França, começaram a plantar as sementes de reivindicação de direitos para as mulheres, incluindo direitos políticos. Esse movimento ganhou força no início do século XX, conduzindo à conquista do voto feminino em diversas partes do mundo. As brasileiras só seriam autorizadas a votar em 1932, as americanas em 1920 e as inglesas em 1928. Em outros lugares, como é o caso da Suíça, essa conquista só viria nos anos 1970.



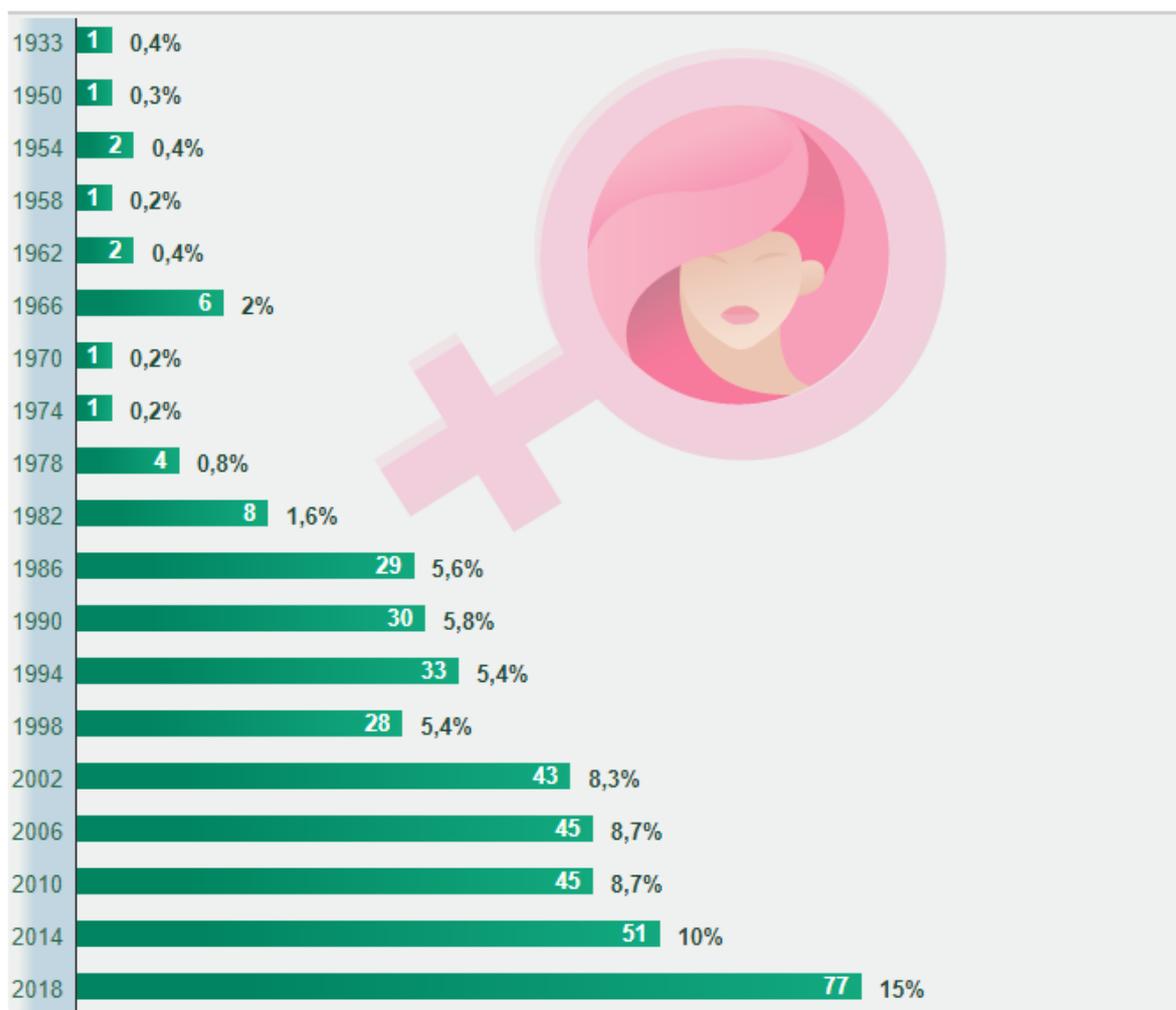
Sufragistas

No campo da filiação partidária e da representação política, os desafios ainda são gigantescos. Embora o número de mulheres em postos políticos eletivos (eleitas pelo povo) tenha aumentado desde os anos 1930, temos caminhado a passos lentos. Mesmo sendo mais da metade da população brasileira, apenas 15% dos deputados eleitos para a Câmara dos Deputados são do sexo feminino.



Segundo a Agência Câmara de Notícias, um ranking de participação de mulheres no Parlamento organizado em 2017 pela ONU Mulheres juntamente com a União Interparlamentar (UIP) mostrava o Brasil na 154ª posição entre os 174 países analisados. Isso torna evidente o quanto Brasil está atrasado nesse tema.

EVOLUÇÃO DA BANCADA FEMININA NA CÂMARA



DIREITOS SOCIAIS

Os direitos sociais, por sua vez, são aqueles que buscam garantir um trabalho digno, saúde, moradia, educação e lazer. A defesa de alguns desses direitos começa ainda no século XIX, como resposta à Revolução Industrial. Os direitos trabalhistas são um grande exemplo de conquista do movimento operário ainda naquele período. No entanto, maiores avanços só viriam já no século XX, com Estado de Bem-Estar Social, também chamado de Welfare State.



Primeira Greve Geral de 1917 no Brasil. Abriu caminho para a organização sindical.

DIREITOS DE CIDADANIA

Os direitos civis e políticos são considerados os direitos de primeira geração (dimensão), enquanto os direitos sociais são os de segunda geração (dimensão). Os direitos de cidadania marcam a terceira geração (dimensão) de direitos e aparecem na Declaração Universal de Direitos do Homem. Neles se inserem algumas reivindicações difusas,

como os direitos da criança e do idoso, os direitos do meio ambiente, os direitos das mulheres, os direitos dos grupos étnicos, entre outros.



Crianças lendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), pouco após sua adoção.

ANOTAÇÕES
